

## **DIVISÃO — RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO E DO TRABALHO: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho**

Helena Hirata\* Tradução: Maria Helena C. V. Trylinski

Esta contribuição à reflexão sobre a crise do trabalho se situa no âmbito de uma tentativa de reconceituação da definição de trabalho<sup>1</sup>, feita a partir da introdução, no centro da análise, da dimensão "gênero" ou "sexo social" e da dimensão "Norte-Sul" ou "divisão internacional do trabalho". A relação Norte-Sul — em geral considerada por especialistas em economia, ou em sociologia do desenvolvimento, em termo de hierarquização, de dominação ou de super-exploração do Sul pelo Norte — é, aqui, repensada não em termos do debate atual sobre a globalização financeira, mas em termos do "imperialismo masculino", presente em conceitos como a "especialização flexível" ou "os novos paradigmas produtivos". Aparentemente neutros, estes conceitos, ligados às teses sobre a emergência de novos sistemas de produção remetem, na realidade, essencialmente ao trabalhador do sexo masculino dos países do Norte.

\* Socióloga, pesquisadora do CNRS — Centre National pour la Recherche Scientifique.

<sup>1</sup> Esta desconstrução/reconstrução do conceito de trabalho foi uma das áreas temáticas assumidas pelo Grupo de Estudos sobre a Divisão Social e Sexual do Trabalho (o GEDISST) do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS) desde a sua criação. A problemática da divisão sexual do trabalho, elaborada por essa

Neste texto, que questiona a pertinência deste quadro específico de referência para a elaboração de instrumentos conceituais aplicáveis em nível universal, apresento, em primeiro lugar, algumas questões metodológicas relativas ao interesse que pode ter a utilização de certas categorias transversais na análise da divisão sexual do trabalho. *Em segundo lugar*, sintetizo os resultados de uma pesquisa comparativa internacional sobre a divisão sexual e internacional do trabalho. *Em terceiro lugar*, são propostas algumas hipóteses teóricas relativas às formas de periodização da divisão do trabalho entre os sexos<sup>2</sup>.

### **Divisão sexual do trabalho: questões de método**

Nas análises sobre as relações sociais entre os sexos — relações concebidas como desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou an-

equipe por iniciativa de Danièle Kergoat, beneficiou-se, na sua constituição, de um movimento social de mulheres que, nos anos 1960 e 1970, questionou vigorosamente "o androcentrismo das pesquisas em ciências sociais" (Mathieu, 1991; Del-phy, 1992). A ampliação do conceito de trabalho pela inclusão do sexo social e do trabalho doméstico (cf. Chabaud-Rychter, Fongeyrollas-Schwebel, Sonthonnax, 1985) não profissional, não assalariado e não remunerado provocou, como consequência, a recusa, no plano teórico e epistemológico, de toda uma série de categorias dicotômicas, como produção e reprodução, assalariamento e família, etc. Ela também provocou, como consequência, o questionamento de categorias sociológicas construídas a partir exclusivamente de uma população masculina considerada universal (categorias como qualificação, classes sociais, pleno emprego, etc).

<sup>2</sup> Agradeço a Hélène Le Doaré pela leitura crítica da primeira versão deste artigo, enriquecido também pelos debates ocorridos por ocasião da conferência sobre "A crise do trabalho", organizado por Actuel Marx em janeiro de 1994.

tagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas —, a supremacia concedida a um dos elementos destas relações, a opressão/dominação sexual ou a superexploração econômica, constituiu uma das principais diferenças a separar o campo das pesquisas da análise dos movimentos feministas, tanto nos países do Norte quanto nos do Sul. Relações de classe ou relações de sexo, antagonismos de classe ou antagonismos de sexo, tudo se passava como se a importância dada a uma destas relações implicasse deixar a outra em um plano secundário. Foi Danièle Kergoat (1978, 1982, 1984) quem conceituou estas duas relações sociais em termos de "coextensividade", isto é, em termos de recobrimento parcial de uma pela outra. Trata-se, de fato, de "recusar hierarquizar estas relações sociais (...). Uma relação social não pode ser um pouco mais vigorosa do que outra; ela é, ou não, uma relação social" (Kergoat, 1984, p.210).

Se partirmos desta idéia de "coextensividade", a exploração no trabalho assalariado e a opressão de sexo são indissolúveis; a esfera da exploração econômica — ou a das relações de classe — é, ao mesmo tempo, a esfera em que se exerce o poder mas culino sobre as mulheres<sup>3</sup>.

A primazia do econômico, que fazia da *força de trabalho* um conceito-chave na análise marxista clássica das relações de dominação, cede lugar — com a tese da "coextensividade" das re-

<sup>3</sup> Somos tentados a ver o assédio sexual no trabalho como um caso paradigmático deste cruzamento das relações hierárquicas de trabalho e das relações de opressão das mulheres pelos homens.

lações de classe e de sexo — ao conceito de *sujeito sexuado* (Kergoat, 1988) inserido em uma rede de relações intersubjetivas. E esta passagem da primazia do econômico e das relações de exploração à afirmação de um laço indissolúvel entre opressão sexual (e de classe) e exploração econômica (e de sexo) que permite, na minha opinião, reconceituar o trabalho, torná-lo dinâmico, a partir da introdução de uma subjetividade atuante, ao mesmo tempo "sexuada" e "de classe", segundo a expressão de Danièle Kergoat.

Este pleno reconhecimento do lugar do indivíduo e da subjetividade no trabalho é a pré-condição que permite captar os movimentos e as *relações de paixão* nas relações de trabalho<sup>4</sup>; que permite trabalhar as *formas de passagens do fazer ao ser*; que permite, por fim, distinguir as modalidades sexuadas da relação com o espaço, o tempo e a sociabilidade.

Atualmente, o campo de pesquisas sobre o "gênero", ou sobre as "relações sociais de sexos", ao qual pertencem as idéias que acabo de expor, está em plena expansão, o que não quer dizer que ele goze de verdadeiros direitos na comunidade científica. As categorias de sexo aparecem e desaparecem conforme são definidos, por exemplo, o trabalho e a produção, e isto apesar do peso crescente das pesquisas sobre as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho nas ciências sociais.

<sup>4</sup> Para um ensaio original de uma ciência da gestão a partir das paixões, e particularmente para uma abordagem da gestão industrial a partir da categoria de generosidade, ver P. Zarifian, 1994b.

De um ponto de vista metodológico, uma dupla postura me parece promissora para o avanço da reflexão sobre esta área de pesquisa. A primeira consiste em levar em conta as abordagens masculinas das relações sociais de sexo e da divisão do trabalho entre os homens e as mulheres. A segunda consiste na utilização e na análise do trabalho de certos instrumentos conceituais (como, por exemplo, a criatividade ou a sublimação) que até o momento não têm sido regularmente utilizados nas pesquisas em sociologia do trabalho e das relações de sexo. Estas duas posturas podem ser reunidas, constituindo *uma postura* única frente à miscigenação (na pesquisa e entre as disciplinas). Em seguida, tentarei explicitar o que acabo de afirmar.

A questão da igualdade entre os sexos em relação, ou não, com a ética (justiça/injustiça) foi sobretudo estudada por pesquisadoras feministas, por exemplo, em filosofia, Le Doeuff (1989), Collins (1992b), Fraisse (1989, 1992), Fraisse et al. (1991), Boccia (1990)<sup>5</sup>.

Se, no momento, esta questão (e, de forma mais geral, a abordagem epistemológica que introduz a diferença homens/mulheres na construção teórica) continua a ser trabalhada fundamentalmente por pesquisadoras feministas, recentemente ela tem interpelado pesquisadores homens em suas relações com os modos de construção teórica e com suas respectivas disciplinas.

<sup>5</sup> Cf. igualmente as contribuições na obra coletiva editada por Riot-Sarcey et al. (1993). Deixamos de lado, voluntariamente, toda a literatura filosófica clássica, que tratou o tema da igualdade em termos da afirmação da inferioridade do sexo feminino — cf. as críticas de Le Doeuff (1989) e de Duroux (comentada por Le Doaré, 1994).

Penso, com efeito, que cada vez que pesquisadores homens fazem um esforço para integrar as relações sociais de sexo em sua reflexão, a partir do reconhecimento da pertinência de um movimento social — o movimento feminista — e do interesse epistemológico que esta "porta" representa na renovação de seu quadro conceitual, esta abordagem masculina pode ser heurística para a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho. O "ponto de vista" desses pesquisadores homens, estabelecido a partir de sua posição no campo do saber, confere nova luz aos conceitos elaborados pelas pesquisadoras mulheres.

Estes pesquisadores<sup>6</sup>, por sua vez, reagindo aos questionamentos vindos dos estudos sobre as relações sociais de sexo, questionam estas relações — e nos questionam.

Pretendo, agora, explicitar a segunda postura, mencionada acima, sobre a aceitação de certas ferramentas conceituais estranhas ao campo tradicional da sociologia do trabalho. Para demonstrar a utilidade de tal procedimento, tomo, como exemplo, três conceitos que não se encontram, comumente, associados à

" Em quatro disciplinas distintas das ciências sociais pensamos, por exemplo, nas contribuições de Dejours em psicodinâmica do trabalho (1987-1988, 1988), de Rancière em filosofia (1987, 1993), de Volkoff em estatística (cf. Molinié, Volkoff, 1981; Gollac, Volkoff, 1993), de Zarifian em economia (1993,1994b). Cf. igualmente a tentativa, situada em outro nível, de integração da problemática da dominação masculina em uma construção sociológica sobre as relações de dominação, Bourdieu (1990) e uma crítica dessa tentativa em Le Doaré (1994). Sobre a variável sexo de um ponto de vista puramente epistemológico, ver Jenny (1991).

categoria "trabalho" e "divisão sexual do trabalho"; eles podem, entretanto, ser úteis às pesquisas nesta área.

Um *primeiro exemplo* é o do conceito de *criatividade*. Em recente artigo sobre a repartição do tempo de trabalho, Zarifian (1984a) considera que a nova produtividade está estreitamente associada à criatividade: "a origem essencial desta (nova) produtividade reside, em última análise, na organização da criatividade". Ora, este tipo de produtividade só pode ser masculina, visto que os postos de trabalho maciçamente ocupados pelas mulheres não são propícios à criatividade. Do mesmo modo, a autonomia e a iniciativa, consideradas essenciais para a introdução de modelos de especialização flexível, alternativos ao modelo taylorista-fordista, não são características de postos de trabalho femininos.

A relação, assim colocada, entre criatividade e produtividade pode contribuir para a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho. Pode-se dizer que a criatividade se encontra, de forma geral, associada ao sexo masculino, assim como o doméstico se encontra associado ao sexo feminino: o monopólio do sexo masculino sobre o poder político e o poder da criação poderia ser considerado como o fundamento da estabilidade da divisão sexual do trabalho (Le Doaré, 1994)<sup>7</sup>.

Um *segundo exemplo* é o do conceito de sublimação. Com efeito, a reflexão sobre a posição diferencial das mulheres e dos homens no que concerne a sublimação (ou sobre "a desigualdade socialmente construída diante dos benefícios simbólicos da su-

blimação", segundo Dejours, 1993, p.252), pode, igualmente, contribuir para a análise da divisão sexual do trabalho. A sublimação é sexuada, como o trabalho também o é. Ora, se a psicanálise fez frequentemente uma amálgama entre a sublimação e o trabalho como atividade social, a psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1987-1988, t.1, p. 128-129) permite descobrir que nem todo trabalho permite a sublimação (caso do trabalho doméstico). Se a sublimação é possível para as mulheres, ela depende da classe social da profissão, do tipo de atividade exercida. Em todo o caso, *a sublimação não se conjuga, no feminino, da mesma forma que é conjugada no masculino*. As duas condições requeridas por um processo de sublimação, "o envolvimento com uma tarefa criativa e o pertencer a um coletivo, ou melhor, a uma comunidade" (Dejours, 1987-1988, t.2, p.168), não se encontram facilmente reunidas no que concerne às mulheres. A análise da construção social das desigualdades, no que se refere a sublimação e no que se refere a suas repercussões sobre a atividade sexuada de trabalho e da relação de trabalho, em grande parte ainda está por ser feita.

Um *último exemplo* concerne o par masculinidade/feminilidade. A contribuição da psicodinâmica do trabalho (Dejours, 1987-1988 e 1993; Guiho-Bailly, 1993) e da filosofia (por exemplo, Collins, 1992b) apontam a vantagem de se utilizar estas categorias (virilidade e feminilidade, a bissexualidade psíquica) para pensar o trabalho e a gestão sexuada do trabalho. Em uma pesquisa sobre operários da indústria do vidro, pudemos estudar as identidades sexuais e as representações sociais da virilidade e da feminilidade utilizadas na gestão da mão-de-obra.

O estudo das atividades de trabalho segundo o sexo e o par masculinidade/virilidade e feminilidade desvenda o poder dos

<sup>7</sup> Sobre a criatividade e o trabalho, igualmente Dejours, 1993, p.220-221.

estereótipos sexuados no trabalho (a virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia).

A dúvida sobre a virilidade dos homens que trabalham no setor chamado "frio" desta indústria manifestada no passado entre operários vidreiros dificulta experiências de mudança na organização do trabalho. Este tipo de análise pode se revelar muito rico, como demonstra o estudo sobre as mudanças tecnológicas na indústria gráfica e a relação com o trabalho, transformado em trabalho limpo e leve, logo "feminino", dos operários do livro (cf. Cockburn, 1983, ou os estudos de Kergoat sobre as práticas e as representações operárias em relação à "virilidade" e à "feminilidade" (em Hirata e Kergoat, 1988, p.153). Um largo campo de pesquisa se abre diante da questão: como a virilidade/feminilidade, a bissexualidade psíquica são expressas, interpretadas, transpostas, negadas ou exploradas no trabalho?

Estes três exemplos de categorias "exógenas" mostram que elas podem ser utilizadas para pensar o trabalho, através da mediação de um conceito transversal por excelência, o da igualdade. Com efeito, parece-me que a questão da igualdade ou da diferença entre os sexos frente à criatividade, à sublimação, à atividade filosófica, etc. pode constituir um instrumento poderoso para o avanço da reflexão sobre a divisão sexual do trabalho.

### **Divisão internacional do trabalho: as variabilidades no espaço**

Teses de alcance universal, como a da especialização flexível ou a da emergência de um novo paradigma produtivo, alternativo

ao modelo fordista de produção, são altamente questionadas diante dos resultados de pesquisas empíricas que levam em consideração as diferenças Norte-Sul ou as diferenças ligadas ao gênero. A análise da divisão do trabalho entre os sexos nos países de capitalismo muito avançado (Kergoat, 1992c) assim como a comparação internacional da divisão sexual do trabalho mostram que estes modelos teóricos partem de um certo arquétipo de trabalhador: qualificado, polivalente, pronto a se integrar à lógica da 'ação comunicativa' (Habermas).

O trabalhador industrial masculino dos países industrializados é, assim, o símbolo deste novo paradigma de produção. Ora, a idéia de "morte do fordismo" contida na afirmação da emergência de tal paradigma é fortemente questionada, quando se introduz (na argumentação) a divisão sexual e a divisão internacional do trabalho. A especialização flexível ou a organização do trabalho em células de produção ou em módulos é diferenciada por ramos industriais em que predomine mão-de-obra masculina, ou feminina, e nos países altamente industrializados, ou nos chamados "subdesenvolvidos".

Então passo a abordar a questão das mudanças na configuração da divisão sexual do trabalho em países do Norte ou do Sul, a partir de comparações entre o Brasil, de um lado, e o Japão e a França, de outro lado. Tratarei também das permanências e das similaridades da divisão de trabalho entre os sexos nestes três países.

Uma série de pesquisas comparativas internacionais sobre a tecnologia, a organização do trabalho e as políticas de gestão da mão-de-obra nas filiais e nas matrizes de firmas multinacionais

instaladas nestes três países (Brasil, França e Japão) levaram-me a constatar a existência de uma extrema variabilidade na organização e na administração da mão-de-obra segundo os sexos e os países.

No que concerne à organização do trabalho, a primeira conclusão que se impôs foi que, nos estabelecimentos dos três países, o pessoal empregado era masculino ou feminino, de acordo com o tipo de máquinas, o tipo de trabalho e de organização do trabalho. O trabalho manual e repetitivo era atribuído às mulheres, o que requeria conhecimentos técnicos aos homens. Um outro traço comum encontrado nos estabelecimentos dos três países — os empregadores reconheciam, de bom grado, qualidades próprias à mão-de-obra feminina, mas não há um reconhecimento destas qualidades como sendo qualificações profissionais. Além desta constante divisão do trabalho e das qualificações entre homens e mulheres, existem diferenças significativas na organização do trabalho.

Os movimentos de taylorização ou "destaylorização" não caminham na mesma direção nos países de capitalismo avançado e nos países semi-industrializados, como o Brasil. A divisão do trabalho é, neste último país, muito mais pronunciada, mesmo no caso da organização do trabalho nas indústrias de processo.

Quanto à política de gestão da mão-de-obra, a primeira conclusão é que existem políticas diferenciais conforme o sexo, como acontece com a organização do trabalho. O recrutamento, a formação profissional, a remuneração são assimétricas caso se trate de mães ou pais de família. Uma vez feita a escolha do sexo da mão-de-obra, as condições concretas de trabalho variam fortemente

conforme o país. Uma destas diferenças reside nas práticas discriminatórias. Por exemplo, as empresas japonesas adotam, abertamente, dois sistemas de remuneração, conforme os sexos.

Elas tentaram, algumas vezes, transportar estas práticas a suas filiais, mas não tiveram sucesso devido a barreiras jurídicas (leis de igualdade profissional) em vigor em um certo número de países ocidentais, e mesmo no Japão após 1987. Um outro exemplo de diferença é a discriminação em face do trabalho das mulheres casadas. Se as firmas na França não discriminam as mulheres casadas, elas adotam, em suas filiais brasileiras, práticas de seleção e de dispensa que discriminam estas últimas. Estas práticas são, usualmente, admitidas pelas empresas locais. Enfim, pode-se lembrar o caso dos dormitórios industriais para mulheres trabalhadoras: adotado até hoje em turnos no Japão para a organização do trabalho e, em geral, para a gestão da mão-de-obra feminina jovem e solteira, sua implantação no Brasil revelou-se inviável: esta modalidade de controle do tempo extra-trabalho era visto, pelas operárias, como uma "falta de liberdade" intolerável.

Finalmente, quanto aos sistemas de gestão participativa, o estudo dos círculos de controle de qualidade mostrou a existência de diferenças no grau de participação segundo os países (participação muito elevada no Japão, relativamente fraca no Brasil e intermediária na França) e segundo o sexo: as mulheres participavam menos de atividades de grupo, eram menos solicitadas a fazer sugestões de melhoria, quanto ao aspecto técnico do trabalho, e eram freqüentemente excluídas dos processos de tomada de decisões (por exemplo, da alocação de recursos financeiros para a realização destas atividades).

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995

Este conjunto de conclusões a que cheguei, sobre a variabilidade no espaço das modalidades de divisão sexual do trabalho, pode ser, recentemente, enriquecido por uma comparação sobre as formas de emprego e de divisão sexual do trabalho em estabelecimentos do Japão e da França (Hirata e Zarifian, 1994). Esta comparação mostrou que, no que concerne a relação com a técnica, as desigualdades de sexo são mais importantes na França do que no Japão. As operárias francesas manifestam uma relação de exterioridade frente ao movimento da técnica mais pronunciada que as operárias japonesas. Em compensação, do ponto de vista das modalidades do emprego e do contrato de trabalho, a extrema precariedade das operárias japonesas que trabalham em "tempo parcial"<sup>8</sup>, em oposição ao "emprego vitalício" de seus homólogos masculinos, contrasta fortemente com a situação muito mais igualitária, no que concerne a situação do emprego, vigente entre trabalhadores homens e mulheres na França.

### **Divisão sexual do trabalho: sincronia e diacronia<sup>9</sup>**

Pode-se dizer que tanto a variabilidade quanto a persistência da divisão sexual do trabalho podem ser encontradas no tempo e no espaço — a diacronia constitui a dimensão privilegiada pa-

"Tempo parcial" designa, no Japão, o emprego de mais de terço dos trabalhadores do sexo feminino, emprego caracterizado pela situação de horista, com salários baixos, sem direitos previdenciários (aposentadoria, férias, seguro saúde ou desemprego, etc), sem direito de sindicalização. A despeito da denominação, trabalham em geral uma hora a menos do que os trabalhadores a "tempo integral".

<sup>9</sup> Este item retoma e desenvolve um texto proposto, em colaboração com Danièle Kergoat, no âmbito do projeto da rede MAGE (Mercado de Trabalho e Gênero).

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar. 1995

ra captar a permanência, enquanto que a sincronia o é para captar a variabilidade. Pesquisas sobre as relações sociais de sexos e a divisão sexual do trabalho, efetuadas a partir de abordagens históricas, sociológicas ou antropológicas, demonstraram tanto as mudanças e as permanências da divisão do trabalho entre homens e mulheres no decorrer de diferentes momentos da História quanto a variabilidade e a persistência das formas de trabalho dos homens e das mulheres, a partir de comparações entre regiões e países, diferencialmente localizados segundo a divisão regional ou internacional do trabalho.

Levando-se em conta resultados de pesquisas empíricas, pode-se, primeiro, constatar que a divisão sexual do trabalho parece estar submetida a uma lentidão que conduz mais ao deslocamento das fronteiras entre o masculino e o feminino que a supressão da própria divisão sexual do trabalho. Como diz Le Doaré (1994), "as condições respectivas de trabalho dos homens e das mulheres mudam conforme o contexto histórico, cultural, econômico, mas não se transformam. Elas seguem, obstinadamente, a mesma linha de demarcação dos espaços masculinos e femininos". Se a divisão do trabalho profissional, que atribui aos homens as tarefas pesadas, sujas e penosas e às mulheres os trabalhos limpos e leves (pelo menos nas representações, nem sempre nas práticas sociais), tornou-se menos nítida em países como a China e a Rússia, a persistência da divisão sexual do trabalho doméstico e familiar é notável.

Dentre as modalidades de divisão sexual da atividade profissional, uma modalidade constante atribui o trabalho manual e repetitivo às mulheres, principalmente, e os trabalhos que requerem conhecimentos técnicos, aos homens. Uma outra constante pode ser citada: os empregadores reconhecem de bom grado as

qualidades próprias à mão-de-obra feminina sem, contudo, traduzir estas qualidades em qualificações profissionais, contrariamente ao que acontece no caso da mão-de-obra masculina. Esta persistência da divisão sexual se conjuga a uma extrema variabilidade nas políticas de pessoal adotadas pelas empresas.

Assim, como vimos, as formas de utilização da mão-de-obra feminina por estado civil, idade e qualificação variam, consideravelmente, conforme os países.

Existem, também, diferenças significativas nas práticas discriminatórias, que parecem ter relação direta com a evolução das relações sociais de sexo no conjunto de uma dada sociedade. Embora se constate tal diversidade nas políticas de gestão da mão-de-obra adotadas pelas empresas, causa surpresa constatar a ocorrência de semelhanças, de continuidades, de constantes na divisão sexual do trabalho em regiões e países com níveis de desenvolvimento econômico e tecnológico tão diferentes. Oportunidades de deslocamentos, senão de rupturas (pelo menos aparente) na divisão sexual, podem ser constatadas em conjunturas de expansão econômica, de crise, da introdução de novas tecnologias. Entretanto, a continuidade das relações sociais de sexo parece garantir a estabilidade da divisão sexual do trabalho além destas mudanças conjunturais; ela permite, em especial, a emergência de contestações ou de recuos: nada é irreversível quando se trata de relações sociais, das relações antagônicas homens-mulheres, das quais a divisão sexual do trabalho é um *enjeu* social.<sup>10</sup>

Para um desenvolvimento desta idéia da divisão sexual do trabalho como um *enjeu* fundamental das relações sociais entre os sexos, ver Kergoat, 1992a e 1992b.

Este aparente paradoxo — persistência na variabilidade — remete, na nossa opinião, à justaposição na divisão sexual do trabalho, de relações sociais que não são periodizáveis da mesma forma. As dimensões constitutivas do tempo das relações sociais de sexo (evolução, rupturas e continuidades) não são as mesmas das dimensões constitutivas do tempo das relações capital-trabalho. Assim, estes dois tempos não são periodizáveis da mesma maneira. Seria possível considerar como hipótese que as mudanças na divisão sexual do trabalho remetem às conjunturas econômicas e às relações de classe, o que não quer dizer que as relações de força entre os sexos deixem de ter um papel nestas mudanças e que as persistências remetem, sobretudo, às relações sociais de sexo, ou a uma das dimensões temporais destas relações.

Permanência, persistência, continuidade não significam imutabilidade: a divisão sexual do trabalho, como toda construção social, é histórica e coloca de imediato (virtualmente, pelo menos) a questão da mudança. E esta a idéia que evoca a historiadora Michèle Riot-Sarcey, quando afirma que "da cidade antiga aos nossos dias, ontem como hoje, podemos dizer que a cidade são os homens. Esta semelhança entre o passado e o presente, esta perenidade da sujeição das mulheres, leva a crer na impossibilidade de uma superação" (Riot-Sarcey, 1993, p.73). Quer dizer, pode levar a aceitar a relação de dominação como um "dado" e uma "constante", maneira esta de proceder própria dos antropólogos e criticada pela autora citada (cf. também Riot-Sarcey, 1994).

A partir da observação sobre o que muda na divisão sexual do trabalho — sobretudo se esta observação for feita de uma pers-

pectiva comparativa — poder-se-ia dizer que o que parece determinante é o tipo de relação de forças entre os homens e as mulheres na sociedade, relações de forças institucionalizadas ou não que, muito frequentemente, são os resultados de lutas sociais abrangentes, de movimentos sociais, em especial da existência, ou não, de movimentos feministas e de atividades conscientes visando lograr uma transformação das relações sociais.

### Referências bibliográficas

- AUBERT, N., ENRIQUEZ, E., GAULEJAC, V. de (Orgs.). *Le sexe du pouvoir. Femmes, hommes et pouvoirs dans les organisations*. Paris: EPI, 1986.
- BOCCIA, M. L. La différence de sexe et l'égalité complexe. *Actuel Marx*, n.8, 2<sup>ème</sup>. sem. 1990.
- BOURDIEU, P. La domination masculine, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.84, sept. 1990.
- CHABAUD-RYCHTER, D., FOUGEYROLLAS-SCWEBEL, D., SONTONNAX, F. *Espace et temps du travail domestique*, Paris: Librairie des Méridiens, 1985. (Collection Réponses Sociologiques).
- COCKBURN, C. *Brothers: mâle dominance and technological change*. London: Pluto, 1983.
- COLLINS, F. (Ed.). Provenances de la pensée. *Femme Philosophie*, printemps. *Les Cahiers du GRIF*, n.46, 1992a.
- COLLINS, F. Différence et différend. La question des femmes en philosophie. In: DUBY, G., PERROT, M. *Histoire des femmes en Occident*. Paris: Plon, 1992b. v.5
- DEJOURS, O (Org.). *Plaisir et Souffrance dans le travail*. Paris: LAOCIP, 1987-1988. t.I e 2
- DEJOURS, O Le masculin entre sexualité et société. *Adoles-cence: revue semestrielle de psychanalyse, psychopathologie et sciences humaines*, Paris, v.6, n.1, aut. 1988.
- \_\_\_\_\_. *Travail usure mentale*. 9.ed.aug. [S.l.]: Bayard, 1993.
- DELPHY, C. Féminisme et recomposition à gauche. *Politis*, n.1, 1992.
- DELPHY, C. LÉONARD, D. *Familiar exploitation: a new analysis of marriage in contemporary western societies*. Cambridge: Polity, 1992.
- LE DOARÉ, H. *Du pouvoir politique et poétique: schéma d'un raisonnement*. Rio de Janeiro, 1994. Comunicação apresentada no Colloque International "Formation, Recherche et Edition Féministes de l'Université. Québec, Brésil, France", Rio de Janeiro, 6 a 10 jun. 1994.
- LE DOEUFF, M. *L'étude et le rouet: des femmes, de la philosophie, etc*. Paris: Senil, 1989.
- FRAISSE, G. *Muse de la raison: la démocratie exclusive et la différence des sexes*. Paris: Alinea, 1989.

Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, jan.mar. 1995

FRAISSE, G. *La raison des femmes*. Paris: Plon, 1992.

FRAISSE, G. et al. *L'exercice du savoir et la différence des sexes*. Paris: L'Harmattan, 1991.

GOLLAC, M., VOLKOFF, S. *Classes et travaux*. *Politis*, n.4, 1993.

GHIHO-BAILLY, M. P. Identifié sexuelle au travail. *Education Permanente*, n.116, p.3, 1993.

HIRATA, H., KERGOAT, D. Rapports sociaux de sexe et psychopathologie du travail. In: DEJOURS, C. *Plaisir et Souffrance dans le travail*. Paris: l'AOCIP, 1988. t.2.

\_\_\_\_\_. La classe ouvrière a deux sexes. *Politis*, n.4, juil./sept. 1993.

HIRATA, H., ZARIFIAN, P. *Le modèle français sous le regard du Japon: l'exemple de l'agro-alimentaire*. Paris, 1994. Comunicação apresentada no 2<sup>ème</sup>. Rencontre Internationale du GERPISA, Paris, 16 a 18 juin. 1994.

JENNY, J. Rapports de générations... En rapport avec... Rapports de sexes, rapports de classes Sociales et autres rapports sociaux fondamentaux. *Annales de Vaacresson*, n.30/ 31, 1991.

KERGOAT, D. Ouvrières=ouvriers? *Critiques de l'Economie Politique*, n.5, 1978.

\_\_\_\_\_. *Les Ouvrières*. Paris: Le Sycomore, 1982.

\_\_\_\_\_. Plaidoyer pour une sociologie des rapports sociaux. De l'analyse critique des catégories dominantes à la mise en place d'une nouvelle conceptualisation. In: LE SEXE du travail: structures familiales et système productif. Paris: P.U.G., 1984.

\_\_\_\_\_. Le syllogisme de la constitution du sujet sexué féminin: le cas des Ouvrières spécialisées. *Cahiers de APREA*, Paris, v.1, n.7, 1988.

\_\_\_\_\_. Des rapports sociaux de sexe et de la division sexuelle du travail. *Cahiers du GEDISST*, n.3, 1992a.

\_\_\_\_\_. A propos des rapports sociaux de sexe. *Revue M. Le féminisme à l'heure des choix*, Paris, p.53-54. 1992b.

\_\_\_\_\_. Les absentes de l'histoire. *Autrement*. Ouvriers, Ouvrières, Paris, n.126, 1992c. Numéro especial.

MATHIEU, N. C. *L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe*. Paris: Côté Femmes, 1991.

MOLINIÉ, A. F., VOLKOFF, S. Les conditions de travail des ouvriers et des Ouvrières. *Economie et Statistique*, n.118, 1981.

RANCIERE, J. *Le maître ignorant: cinq leçons sur l'émancipation intellectuelle*. Paris: Fayard, 1987.

\_\_\_\_\_. L'histoire "des" femmes: entre subjectivation et représentation. *Annales*, v.48 n.4, juil./août 1993.

RIOT-SARCEY, M. Femmes, pouvoirs. Cahiers du GEDISST. Individu et Collectif. Séminaire 1992-1993, Paris, n.8, 1993.

. *La démocratie à l'épreuve des femmes: trois figures critiques du pouvoir 1930-1848.* Paris: Albin Michel, 1994.

RIOT-SARCEY, M., VARIKAS, E., PLANTE, C. (Orgs.). *Féminismes au Present.* Paris: L'Harmattan, 1993. Suplemento de Futur Amérieur.

ZARIFIAN, P. Sur Les informaières et leur coordination. *Revue M.*, Paris, n.60, avr. 1993.

\_\_\_\_\_. Le passage aux 32 heures et là recomposition générale des temps. *Revue M.*, Paris, 1994a.

. *Au sud de toute decision, là générosité.* Recherches sociologiques et philosophiques sur un nouveau modele d'organization productive. LATTES-CERTES, 1994b. (no prelo)